



a Voz do Operário

INFORMAÇÃO com CLASSE

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco
ANO 142 NÚMERO 3084 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA
NOVEMBRO 2020 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



ENTREVISTA Alfredo Maia

Iniciou-se no jornalismo n' O Primeiro de Janeiro e escreve atualmente no Jornal de Notícias, onde é representante dos trabalhadores. O ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas conversou com *A Voz do Operário* sobre falta de diversidade e democracia no panorama mediático português. **págs. 8 e 9**



Photo by Annie Spratt

REDES SOCIAIS

Quem lê as nossas mensagens privadas?

Já não é uma suspeita distópica pensar que há milhares de funcionários em todo o mundo que lêem as conversas privadas dos utilizadores das redes sociais. É uma realidade a que *A Voz do Operário* teve acesso

através dos olhos de um ex-trabalhador. Nesta viagem pelo interior destas plataformas percebemos como é que empresas como o Facebook se intrometem nas nossas vidas. **págs. 6 a 9**



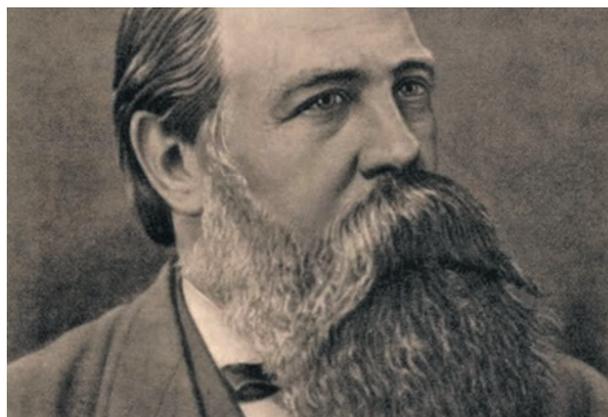
A VOZ DO OPERÁRIO O jazz tem voz

Em outubro, abriram-se portas ao primeiro festival de jazz desta instituição, em conjunto com a Clave na Mão. Durante três dias, este estilo musical marcou a pauta das tardes e noites de centenas de pessoas. **pág. 5**



“Simulacro de descentralização”

Mais de 10 mil autarcas elegeram em outubro através de colégios eleitorais regionais os cinco presidentes das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional que até agora eram nomeados pelo governo. Contudo, longe de representar um processo de descentralização administrativa, são muitas as vozes que denunciam “um simulacro de descentralização”. **pág. 11**



Bicentenário de Friedrich Engels

Há duzentos anos nascia Friedrich Engels. Estudou o mundo, elaborou teoria, interveio nele na prática. Foi um revolucionário. Engels foi um dos fundadores do comunismo científico. Juntamente com Marx, muniu o proletariado da arma teórica para a transformação do mundo. Apesar de Karl Marx ser popularmente mais conhecido, o facto é que a obra dos dois é inseparável. **pág. 16**



É possível golpe de Trump?

Em 2000, o Supremo Tribunal foi determinante para a não recontagem dos votos na Florida, garantindo a vitória de George W. Bush. Em 27 de outubro, Trump cooptou para este órgão uma juíza de confiança reforçando o seu poder e tem mobilizado milícias e grupos de extrema-direita para vigiar as mesas de voto. Com um país cada vez mais polarizado, todas as opções estão em cima da mesa. **pág. 14**

Prosseguir o Projeto da Voz do Operário

Manuel Figueiredo,
Presidente da Direção

Estamos a viver um tempo estranho e difícil, em que o combate à pandemia e ao medo tem de ser feito tomando todas as medidas sanitárias e cumprindo as regras de segurança, para podermos prosseguir a atividade com a normalidade possível.

Apesar das dificuldades, não é demais enaltecer a capacidade demonstrada pela Voz do Operário, pelos seus trabalhadores, para enfrentar as situações com que nos deparámos, bem como a boa resposta dada, por vezes em situações nunca antes experimentadas.

Essa resposta permite que a Voz do Operário prossiga a sua atividade, de forma que poderíamos considerar “normal” não fora ter de se conviver com os condicionalismos sanitários e de segurança indispensáveis no combate à pandemia.

O projeto Educativo d’A Voz do Operário, caracterizado pela aprendizagem dialogada, como uma concretização das propostas pedagógicas de associações como o Movimento da Escola Moderna, continua a ser desenvolvido em pleno nos nossos sete equipamentos, abrangendo um universo de cerca de 1.100 crianças.

Na área social, o apoio domiciliário e o refeitório social prosseguem a sua atividade, ao mesmo tempo que continua a ser facultada a refeição nas suas residências aos utentes do Centro de Convívio. Por outro lado, estamos também a fornecer mais 300 refeições diárias de acordo com o protocolo celebrado com a Câmara Municipal de Lisboa no âmbito da resposta social de emergência alimentar.

Continuam a ser levadas a cabo iniciativas de carácter cultural, dentro dos atuais condicionalismos, tendo-se co-rodado de êxito o festival “O Jazz tem Voz” que decorreu nos passados dias 9, 10 e 11 de outubro com eventos nas instalações d’A Voz do Operário e no espaço público.

Na esteira da forte ligação d’A Voz do Operário ao Fado, como se pode comprovar na revista “O Fado n’A Voz” que publicámos em 2017, em que inúmeras foram as personalidades do mundo do Fado que ajudaram a manter viva esta atividade, através de sessões de Fado

realizadas ou apoiadas pela Voz do Operário, ao mesmo tempo que o nosso Jornal tem sido um espaço sempre aberto para muitos autores lá registarem os seus poemas, defendendo o Fado enquanto expressão cultural das classes trabalhadoras, está a ser devidamente preparada a IV Gala de Fado d’A Voz do Operário que irá decorrer no próximo dia 8 de novembro, pelas 15h, no nosso Salão de Festas, contando mais uma vez com um elenco de luxo onde iremos premiar artistas de reconhecido valor, com uma íntima ligação ao Fado e à Voz do Operário, dando assim continuidade ao elevado êxito e prestígio alcançado com a realização das anteriores Galas.

No próximo dia 12 de novembro iremos apresentar aos sócios em assembleia Geral o Plano de Atividades e Orçamento para 2021 o qual prossegue a linha de rigor, por forma garantir a sustentabilidade económica d’A Voz do Operário, apostando no incremento das atividades letivas e sociais com a manutenção da elevada qualidade do serviço prestado, valorizando e rentabilizando o património, prosseguindo a publicação regular do Jornal, mantendo atualizados os sites da Instituição e do Jornal, promovendo iniciativas culturais diversificadas e participando ativamente no movimento associativo.

Celebraremos o nosso 138º aniversário e participaremos nas comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio, esperando que seja possível a retoma das festas de Lisboa, para aí participarmos com a nossa marcha infantil e os nossos arraiais populares.

Entretanto, atendendo ao fim do mandato dos atuais órgãos sociais, a Mesa da Assembleia Geral d’A Voz do Operário convocou uma assembleia geral eleitoral para o próximo dia 3 de dezembro, para a eleição dos órgãos sociais referentes ao mandato 2021-2024.

Prosseguir o projeto d’A Voz do Operário é homenagear aqueles que o sonharam e concretizaram, é honrar a sua história repleta de sucessos, não só em prol da educação, como no apoio social, na cultura e no desporto, em que, cumprindo os desígnios dos seus fundadores, muitas gerações de dirigentes, sócios e amigos, sempre colocaram a Voz do Operário na linha avançada da defesa dos direitos dos trabalhadores, pugnando pela sua dignificação e elevação cultural.

EDITORIAL

Romper o medo

A existência de uma doença que se transformou em pandemia é uma evidência e, portanto, o governo tem a obrigação de disponibilizar todos os meios necessários ao Serviço Nacional de Saúde para a enfrentar. Da mesma forma, não pode continuar a fechar os olhos a outra grave, e talvez pior, consequência desta crise: as consequências sociais e económicas para os trabalhadores e o povo. A queda para o autoritarismo como se viu na tentativa de forçar a população a usar a aplicação StayAway Covid não é a solução. Uma vez mais, voltamos às opções de classe. Aos trabalhadores, permite-se que saiam de casa, em transportes cheios de passageiros, sempre e quando seja apenas para se dirigirem ao seu local de trabalho. Tudo o resto quer-se condicionar.

Esta é a realidade que não passa na generalidade dos meios de comunicação social, apostada em cumprir uma agenda clara que determinam os seus proprietários. Quando a turbulência aumenta, mais do que nunca é necessário uma imprensa plural e democrática para fazer frente à imposição de visões que correspondem ao interesse de uma minoria. Enquanto jornais, rádios e televisões se distanciam dos problemas vividos pela imensa maioria da população, as redes sociais que captam cada vez mais a utilização das pessoas violam a nossa privacidade em nome do lucro numa interferência que põe em perigo direitos e liberdades.

Num mundo em que os Estados instrumentalizam a pandemia para recorrer a mecanismos e leis autoritárias, importa recordar que a participação, a crítica, o protesto podem e devem ser ferramentas ao nosso alcance para lutar por um mundo mais justo, sem desigualdades, avesso ao fascismo e a teses conspiracionistas que pretendem devolver-nos ao passado.

a Voz do Operário

PROPRIEDADE E EDIÇÃO SIB A Voz do Operário
Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
Telefone: 218 862 155. E-mail: jornal@vozoperario.pt
DIRETOR Domingos Lobo
REDATOR PRINCIPAL Bruno Amaral de Carvalho
DESIGN E PAGINAÇÃO Ana Ambrósio, Diogo Jorge
FOTOGRAFIA Nuno Agostinho
COLABORADORES Ana Sofia, André Levy, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Luís Caixeiro, Luís Carvalho, Manuel Figueiredo, Maurício Miguel, Rego Mendes, Rita Morais,
REDAÇÃO Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
IMPRESSÃO Empresa Gráfica Funchalense, SA
Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição,
n.º 50 – Morelena, 2715 – 029 Pêro Pinheiro
N.º DE REGISTO NA ERC 107759
DEPÓSITO LEGAL 6394/84
PERIODICIDADE Mensal
TIRAGEM 3.500 exemplares
ESTATUTO EDITORIAL www.vozoperario.pt



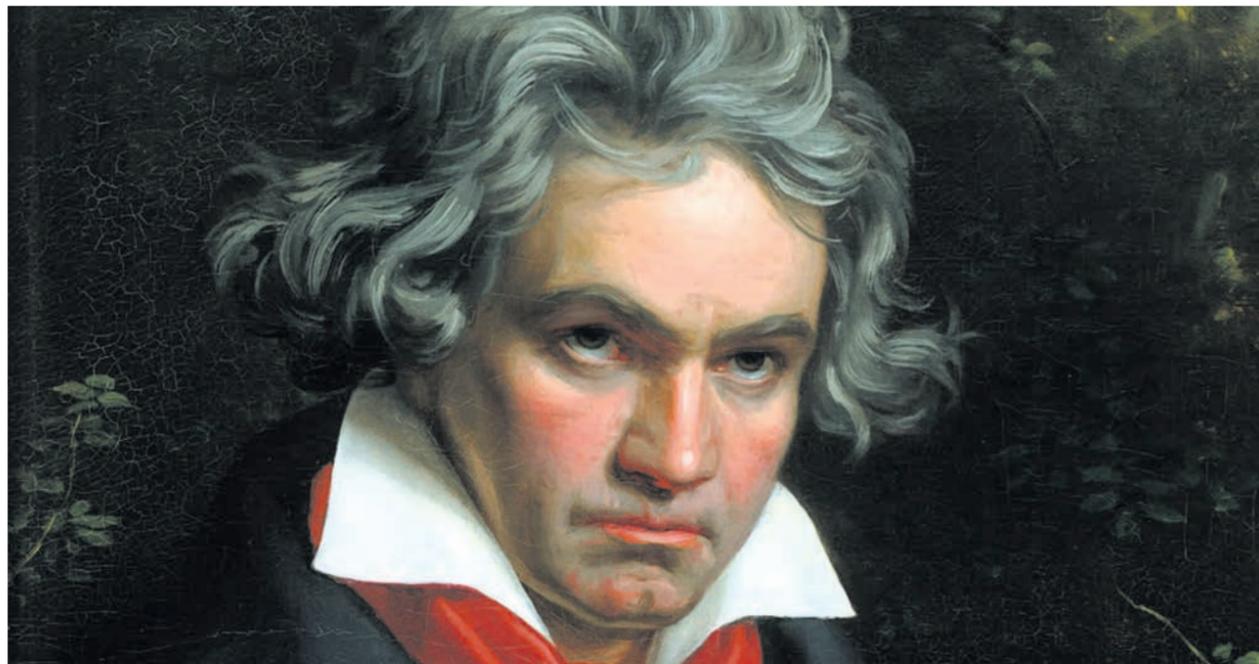
Membro da
Associação da
Imprensa
Não-Diária

Associação
Portuguesa
da Imprensa
Regional



MÚSICA

Nasceu há 250 anos. Beethoven, compositor universal e dos povos



Beethoven é o primeiro dos grandes músicos a recusar ser funcionário ao dispor dos nobres.

Em dezembro deste ano, assinala-se o nascimento do compositor Ludwig van Beethoven, há 250 anos em Bona. Entre outras associações, A Voz do Operário associou-se desde o primeiro momento às comemorações que até estiveram agendadas para o espaço desta instituição mas que devido à pandemia foram, entretanto, celebradas na Casa do Alentejo, a 7 de outubro.

Na sessão de homenagem, estiveram presentes, para além de Rosa Honrado Calado, dirigente daquela associação, o compositor, maestro e violinista Alexandre Delgado e António Cartaxo, antigo radialista da BBC e da Antena 2, vencedor, como realizador de rádio, em 1977, do melhor programa europeu sobre Beethoven. Também esteve José Carlos Alvarez, diretor do Museu do Teatro, que disponibilizou alguns objetos beethovenianos ali em exposição, e a professora Anna Picco, especialista em História de Ópera.

Entre os organizadores estava Maximiano Gonçalves, também ex-radialista da Antena 2, que fez questão de re-

cordar que a arte “liberta e une os homens em irmandade” expressando gratidão à Mútua dos Pescadores, através de Marta Pita, que viabilizou o concerto do Trio de Cordas do Quarteto Moscovo. Num emotivo discurso, Maximiano Gonçalves recordou que na “modesta condição de comum cidadão e melómano, de alguém que teve a inavaliável sorte de ter sido educado a escutar música, sem a ter aprendido como queria” olha para Beethoven como alguém que escreveu música para ser “escutada pelos povos e todos os que constroem comunidades fraternas”.

O ex-radialista lembrou Hans Keller, célebre austríaco, forçado a fugir do nazismo e que se radicou em Inglaterra, onde trabalhou na BBC, e que apontou Beethoven como “talvez a mente maior de toda a humanidade”, opinião corroborada pelo crítico literário franco-alemão George Steiner, falecido no princípio deste ano. Para Hans Keller, de todos os homens de exceção que a história assinala na ciência e na arte, nenhum foi mais longe do que o compositor na observação da sociedade que o rodeia.

No funeral de Beethoven, o poeta e escritor austríaco Franz Grillparzer transmitiu precisamente este reconhecimento ao génio da música, salientando que ele se batera pelo próprio povo e pela humanidade como um todo. “Todos os que se reconhecem do povo têm o direito e o dever de festejar Beethoven como um superior artista do progresso”, sublinhou Maximiano Gonçalves que também recordou palavras de Schubert e Wagner sobre o compositor e não esqueceu a afirmação do pianista Artur Schnabel sobre um homem que quis a música como pensamento: “Passar, simplesmente, de uma nota para outra, em Beethoven, exige pensar, exige interpretar. Beethoven procurou, toda a vida, não só ver mas manifestar um olhar atento ao que acontece pelo mundo.

A sua música, deliberadamente, reflete e pensa. Quando o compositor escolhe algumas estâncias da “Ode à Alegria”, que era, aliás, originalmente, “Ode à Liberdade”, alterada por coação política, Maximiano Gonçalves destaca que é a evidência de que está atento ao significado da 9ª Sinfonia. E é ele mesmo que escreve algumas das palavras ouvidas no andamento final. Beethoven é o primeiro dos grandes músicos a recusar ser funcionário ao dispor de nobres, príncipes e majestades, a ser servo, mesmo que acarinhado, honrado e bem pago. O que pediu, e nem sempre com êxito, foi pagamento, contratos de trabalho, garantias de poder exercer a sua profissão.

O artista afirmou que devia poder “abastecer-se em um armazém do que necessitasse”, que era, de acordo com o ex-radialista, a formulação marxista expressa na Crítica ao Programa de Gotha: “De cada qual segundo as suas capacidades, a cada qual segundo as suas necessidades”. Eis como Beethoven enuncia, de modo lapidar, o que entendia ser o compromisso entre a sociedade e o trabalhador da arte, refere Maximiano Gonçalves.

Hoje, a obra de Beethoven continua, indelevelmente viva e a sua personalidade reconhecida universalmente como legado de todos os povos tão bem expressa nas suas palavras: “Quem chegar a compreender a minha música tem de libertar-se de todas as misérias”.

INSTITUCIONAL

PUBLICIDADE



A VOZ DO OPERÁRIO
Sociedade de Instrução e Beneficência

ASSEMBLEIA GERAL ELEITORAL

Nos termos do art.º 19.º do Regulamento Geral Interno convoco todos os sócios no pleno gozo dos seus direitos, para a Assembleia Geral Eleitoral, no próximo **3 de dezembro, entre as 16 e as 20 horas**, na sede da instituição.

Nota: A Assembleia Eleitoral funcionará ininterruptamente entre as 16 e as 20h. Para conhecimento dos termos eleitorais, consultar o Regulamento Geral Interno, Sub-Secção 1 - do processo eleitoral.

Lisboa, 26 de outubro de 2020
O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,
Libério Domingues



**Antiga Agência Funerária
Domingos & Diniz**

Gerência de João Natividade

**Descontos de 15%
para sócios de A Voz do Operário**

Rua de Sta. Marinha, n.º4, 1100-491 Lisboa
Rua de S. Vicente, n.º34, 1100-574 Lisboa
T. 218 861 649 F. 218 875 213 TM. 919 311 363

João Maria dos Anjos, um expoente do fado operário



O fadista João Maria dos Anjos [A *Canção Nacional*, 26/10/1916, p.1].

*Socializar as riquezas
ciências e autoridades
são belas aspirações
da futura sociedade*

*A burguesia que sente
crescer a onda macabra
força o Estado a que não abra
o dique à torva corrente.
E o Estado, então, conivente
nessas e noutras torpezas,
fere as classes indefesas,
que o Capital escraviza,
porque arvoram a divisa:
socializar as riquezas.*

*Quando Moisés, no Egito,
chama os homens à revolta,
no lábaro que ao vento solta,
traz esse dilema inscrito,
já Platão, com o mesmo fito,
frizou dos bens a igualdade,
e assim, desde a antiguidade,
o operário lutado tem*

*para socializar também
Ciências e Autoridade.*

*E acabar com os preconceitos,
vergonhosos precipícios,
fonte de todos os vícios,
misérias e mais defeitos.
Fixados iguais direitos
e deveres às gerações,
querer depois que as convenções
impostas pelo despotismo
cedam passo ao Socialismo...
São belas aspirações.*

*Mas a conceção pasmosa
dos sábios positivistas
veio indicar aos artistas,
a revolução silenciosa.
Se a guerra foi desastrosa
nos tempos da crueldade
hoje que a ciência invade
os proletários redutos,
hão-de em paz colher os frutos
da Futura Sociedade.*

Fado cantado por João Maria dos Anjos e de autoria de Augusto de Sousa [O *Combate*, 24/09/1916, p.3].

Luís Carvalho, investigador

No primeiro quartel do século XX, floresceu em Lisboa o fado operário.

Cronologicamente, coincidiu em grande medida com a 1ª República, mas será um equívoco chamá-lo “fado republicano”, pois na sua expressão política assumiu uma identidade de classe e um conteúdo ideológico claramente distintos e distantes desse regime.

A biografia do fadista João Maria dos Anjos será uma boa janela de observação para essa história. Nasceu em 1891, em Lisboa, e faleceu em 1956. Aos 15 anos de idade tornou-se operário nas oficinas da Imprensa Nacional.

Imprensa Nacional de Lisboa

Ali trabalharam figuras como José Nobre França (tradutor da primeira edição portuguesa do *Manifesto Comunista* de Marx e Engels, em 1873), Francisco Cristo e Raul Neves Dias (dois dos principais fundadores do jornal *A Batalha*, em 1919) ou José Maria Gonçalves (um dos primeiros dirigentes do Partido Comunista Português, em 1921).

O antigo movimento sindical e operário teve uma importante vertente cultural, particularmente no teatro amador, e com muitos militantes a dedicarem-se à música, à poesia e a associações populares de cariz cultural e recreativo – além de fundarem escolas.

Também neste campo se salientaram operários da Imprensa Nacional, nomes como Ernesto da Silva (dra-

maturgo, autor de uma peça intitulada *O Capital*), Norberto de Araújo (que se tornou um prestigiado jornalista e historiador de Lisboa) ou Manuel Petronila (guitarrista de fado, presidente da Sociedade Filarmónica “Alunos de Apolo” e cunhado de João Maria dos Anjos).

Neste contexto se desenvolveu o fado operário. Como divertimento, como meio para expressar sentimentos e desabaços, e também como “um meio excelente de propaganda para os grandes e nobres ideais”, como diria o destacado anarco-sindicalista Artur Inês [*Guitarra de Portugal*, 06/05/1924, p.1]

Além de festas e convívios na cidade, de passeios e piqueniques pelas hortas que rodeavam Lisboa, o fado operário animou também iniciativas sindicais e políticas. E teve um epicentro aqui, n’A Voz do Operário.

A Voz do Operário

A Voz do Operário teve um papel muito importante desde logo com o seu jornal: foi a vanguarda na defesa do valor cultural do fado, nomeadamente com os artigos do principal porta-voz dessa causa: Avelino de Sousa. Publicou além disso muitas poesias e letras de alguns dos mais salientes autores, com destaque para dois que até trabalhavam n’A Voz do Operário: João Black (como tipógrafo e bibliotecário) e Augusto de Sousa (que chefiou a tipografia). Aqui se abriu caminho para que se desenvolvesse a imprensa especializada de fado. Depois, o edifício sede tornou-se um espaço privilegiado para espetáculos.

Neste contexto se afirmou João Maria dos Anjos como cantador, que também era autor das letras de muitos dos fados a que deu voz. Foi um fadista amador. A sua vida era o seu trabalho na Imprensa Nacional. Mas o seu valor ficou reconhecido, por exemplo, nas Festas do Fado que se realizaram no Teatro S. Luís (em 1924 e 1925), onde partilhou o palco com Alfredo Marceneiro e António Botto (este poeta também cantava o fado). Em 1948, uma homenagem realizada no Salão Júlia Mendes, do Parque Mayer, consagrou João Maria dos Anjos como “um dos mais antigos e representativos cantadores de fado”. [*República*, 18/04/1948, p.2]

Partido Socialista Português

Focando o seu lado de ‘cantador de intervenção’, João Maria dos Anjos esteve ligado ao antigo Partido Socialista Português, de cariz operário e marxista. Foi também esse o caso, entre outros, dos já referidos Manuel Petrolina, Avelino de Sousa, João Black e Augusto de Sousa.

Um exemplo ilustrativo será uma festa-convívio que se realizou numa casa de pasto dos Olivais, em 1916. Foi presidida pelo então redator de *A Voz do Operário*, José Fernandes Alves. Aí cantou João Maria dos Anjos o fado (com letra de Augusto de Sousa) que acompanha este artigo. Longe de ser dos mais radicais, mostra um pouco da identidade (da classe trabalhadora) e do conteúdo ideológico (de cariz socialista) que distinguem o Fado Operário face à 1ª República.

MÚSICA

Um Jazz que seja nosso



O Festival O Jazz tem Voz teve a sua primeira edição de 9 a 11 de outubro, n'A Voz do Operário.

Jorge Carvalho

Ao longo do último ano, temos ouvido inúmeros relatos de trabalhadores que, privados do seu trabalho e do seu salário, estão a passar por um dos períodos mais dramáticos das suas vidas. Entre esses trabalhadores encontra-se um grupo muito particular que viu a sua atividade ser suspensa indefinidamente por imposição legal ou por impossibilidade de realização, já que a despesa ultrapassa o retorno financeiro. Os trabalhadores da cultura, em novembro de 2020, são ainda uns dos mais castigados e um símbolo da crise que cada vez mais se evidencia no nosso quotidiano.

No passado mês de outubro, usando o fundo social de emergência criado pela Câmara Municipal de Lisboa para o apoio à cultura, A Voz do Operário, depois de um desafio da Clave na Mão (uma pequena e recente agência de artistas e, pelos vistos, uma belíssima programadora de espetáculos), abriu as portas para o seu primeiro festival de Jazz – “O Jazz Tem Voz”. Ao longo de três dias, todo o recinto da Sociedade foi ocupado por um estilo que tantas vezes se divorcia da cultura popular, mas cuja génese está, precisamente, no povo e nas classes mais exploradas. O Jazz é tanto dos bares burgueses das grandes metrópoles mundiais, como é dos desfiles carnavalescos ou fúnebres de New Orleans, dos seus artistas de rua e dos seus músicos vadios, das coletividades dos bairros populares e dos concertos de massas.

Mas é claro que o Jazz tem uma identidade asso-

ciada ao seu país de origem – os Estados Unidos da América –, não obstante a sua natureza ser transatlântica e ter passado nos navios negreiros, com os escravos vindos da costa de África, que já haviam desenvolvido técnicas evolucionadas de polirrítmica e polifonia. A sua evolução nos EUA acabou por seguir a via da elitização, afastando-se, muitas vezes, das suas lutas iniciais e aburguesando-se nos grandes salões e auditórios.

Até há poucas décadas, o Jazz em Portugal era, por isso, uma tentativa de replicar os músicos mais reputados do Jazz americano. Porém, desde os anos de 1980, essa realidade tem-se alterado e o Jazz português tem hoje tonalidades atlânticas e mediterrânicas que lhe dão a sua própria identidade. Foi isto que a programação da Clave na Mão para O Jazz Tem Voz procurou trazer à Voz do Operário – um Jazz que seja nosso. E foi assim que o festival abriu, com o Sexteto de Bernardo Moreira, um músico de exceção que apresentou um trabalho muito sério (Entre Paredes), onde o Jazz se mistura com a música tradicional portuguesa de forma tão natural e melíflua que se torna fácil sentirmos a música como nossa, da nossa rua, do nosso bairro, da nossa memória. Este Jazz com cheiro a Tejo ou a seara é, também, uma porta para romper com uma ideia de erudição intangível que muitas vezes nos é vendida e que nos afasta do prazer da descoberta.

É preciso referir que este festival não se limitou a ter três concertos, em três noites, e arriscou num formato de esclarecimento com um debate integrando

também uma atividade com o envolvimento de dezenas de crianças da escola da Graça d'A Voz do Operário, na produção de ilustrações e frases sobre o Jazz. E há nessas frases e nessas ilustrações mais verdade do que em muitas críticas que até hoje já se escreveram, porque o Jazz tem um cheiro, tem um sabor, tem uma cor e todos esses sentidos são despertados em nós de formas tão distintas que nos revelam até o improviso do nosso ser.

Talvez tenha sido esse o papel de César Cardoso, que para além de ser um saxofonista com uma criatividade invulgar, é também um teórico do Jazz que muito tem tentado desmistificar essa tal erudição, trazendo o Jazz à terra a partir das nossas experiências individuais e coletivas, transportando essas experiências para os instrumentos ou recolhendo de cada instrumento uma possibilidade de interpretarmos ou sentirmos o mundo à nossa volta, num diálogo constante.

Antes, na tarde de sábado, no Largo de Santa Maria, Quang Ny Lys, o projeto de Maria Rita, João Mortágua e Mané Fernandes revisitou alguns dos standards (composições icónicas da história do jazz) com uma abordagem não-convencional, envolvendo com roupagens contemporâneas, num recurso à guitarra e ao saxofone, o som mais tradicional do Jazz.

Outra iniciativa de grande importância foi assegurar momentos de partilha familiar ao longo do fim-de-semana, onde as crianças puderam encontrar um registo que hoje já não lhes chega de forma tão direta. Lembremos que houve tempos em que os genéricos dos desenhos animados eram temas de Jazz: a Pantera Cor-de-Rosa, os Flintstones, o Top Cat, o Batman, o Homem-Aranha, os Simpsons, entre tantos outros. A relação das crianças com a música também começava na cultura de massas, através da televisão, sem as infantilizar.

Mas, também os adultos gostam de sentir uma relação com a música popular que ouvem habitualmente. Compreender a estrutura da música que ouvimos tantas vezes na rádio ou nos bares através dos diálogos com estilos mais aplicados nessa arquitetura da música torna-se numa experiência muito importante para nós, porque nos devolve a ligação a cada elemento do mundo, a cada som, a cada pedaço de chão e de céu. O papel do músico de Jazz é, muitas vezes, construir esse diálogo, sem tentar ser o tipo mais inteligente da sala.

Foi isto que nos trouxe o projeto Songbird: um repertório de canções que conhecemos de todos os dias, clássicos da música popular, bandas sonoras de filmes ou de outras memórias, tocadas de forma simples e íntima ao piano e no contrabaixo. A dupla Luís Figueiredo / João Hasselberg fez as honras de encerramento de O Jazz Tem Voz com a ternura que se pede ao fim da tarde de domingo.

E fica uma nota final, fundamental neste tempo que vivemos: este festival foi de uma organização irrepreensível, transmitindo um grande profissionalismo e segurança a todos os que o visitaram. Foi, também, uma das várias iniciativas que se começam a realizar e para as quais as coletividades têm hoje uma importância central, porque é este o modo das comunidades fazerem a sua própria cultura sem dependências externas que condicionam as suas preferências e limitam os seus horizontes. É este o caminho para garantir trabalho a todos os trabalhadores da cultura, dos técnicos aos músicos. É disto que precisamos: acesso e unidade.

REDES SOCIAIS



Alô, sabia que está a ser espiado neste momento?

Há quem pense que possa estar a viver numa realidade distópica quando se fala de milhares de funcionários que em todo o mundo lêem as mensagens que trocamos em caixas privadas nas redes sociais para saberem aquilo de que gostamos e aquilo de que não gostamos. A *Voz do Operário* 'entrou' num dos escritórios onde tudo isso acontece pelos olhos de um ex-trabalhador que descreveu como estas plataformas se intrometem nas nossas vidas.

Bruno Amaral de Carvalho

“Pedro, já leste este artigo d’A *Voz do Operário* sobre as redes sociais?”. Imaginemos que uma leitora desta peça jornalística decide recomendá-la a um amigo através das mensagens privadas do Facebook. Supõe-se que só estas duas pessoas estariam a par desta conversa. Mas não. Do outro lado pode estar alguém como Ricardo, nome fictício que vamos dar a um ex-trabalhador desta rede social que aceitou descrever à *Voz do Operário*, sob anonimato, como funciona o Facebook.

A trabalhar num edifício em Argés com centenas de pessoas, cujo objetivo

é monitorizar tudo o que fazemos nas redes sociais, Ricardo participava, entre outros, num projeto aparentemente inócuo e até com utilidade prática. “O Facebook tem um mecanismo, que é o “crisis response”, um projeto que gera um evento de crise quando acontece alguma catástrofe natural ou humana”, explica. Quando se abre a página nesta rede social, há uma frase que chama a atenção: “Pessoas em todo o mundo usam o Facebook para se conectar e apoiar umas às outras em situações de emergência”.

De acordo com Ricardo, que trabalhava subcontratado para esta empresa norte-americana, o Facebook usa este projeto “para dar a sensação que tem um rosto social e que não é apenas uma

plataforma de controlo”. O “crisis response” ficou famoso quando começou a notificar utilizadores que se encontravam em zonas de catástrofes naturais, guerras ou atentados e eles se deixavam marcar como seguros ou, em caso contrário, reportavam à rede social que estavam em perigo. “O problema é que uma tempestade em Israel pode ser considerada uma catástrofe para o Facebook mas nunca um bombardeamento sobre a Faixa de Gaza”, denuncia.

Para Ricardo, esta plataforma está absolutamente alinhada “com aquilo que os Estados Unidos consideram que é uma crise” e exemplo dessa política interna é também a forma como aborda os conflitos no Médio Oriente. “Muitas

pessoas usavam notícias da *Russia Today* (RT) para partilhar informação e recebemos a orientação para que essas publicações fossem marcadas como material sensível. Não censurávamos essas notícias porque não violavam a política do Facebook, mas metiam-nos a marcar essas publicações como material sensível para ajudar a reduzir o algoritmo de expansão da notícia”.

Para além deste questionamento, não foi fácil para este ex-trabalhador lidar com as informações que tinha de analisar. Teve de assistir àquilo a que chama as catacumbas da humanidade. “Nós estamos ali a fazer trabalho de polícia sem qualquer formação. Metem-nos a ver crimes. Material que não

devíamos estar a ver. Nós acedíamos às coisas que nos eram reportadas: suicídios ao vivo, mortes feitas por facções criminosas, pedofilia, ‘revenge porn, etc’. Ricardo defende que estas informações deviam ser analisadas por “autoridades competentes e por gente preparada psicologicamente” e recorda que lhes diziam que eram “o backoffice para salvar a humanidade”.

Casos de redes de escravatura e ameaças de terrorismo caem-lhes nas mãos e com esta responsabilidade sobre os ombros, estes trabalhadores não têm mais do que um pequeno curso de “content moderation” [moderação de conteúdos]. “Há muitos danos psicológicos para quem faz este trabalho”.

“Gostos” dos utilizadores rendem milhões

Mas se estes são casos graves, não menos grave é o que nos conta Ricardo sobre a utilização comum das redes sociais e que coincide com a generalidade das denúncias contra estas plataformas. Este ex-trabalhador confirma que no departamento de projetos do Facebook, onde se encontrava, um dos objetivos era “treinar o algoritmo”. Explicado de outros modos, um dos projetos dedicava-se a visualizar as mensagens privadas que os utilizadores trocam entre si, com o intuito de referenciar os gostos e com isso encaminhá-los para publicidade relacionada com aquilo que lhes interessa.

É assim que empresas destas fazem milhões de lucro anualmente. “Nós ajudávamos o Facebook a autonomizar o algoritmo procurando saber, por exemplo, qual era o assunto mais falado nas caixas de mensagens. Também para saber se determinados utilizadores estão vivos ou mortos para transformar os seus perfis em memoriais e para saber a idade exata de quem usa o Facebook para detectar se se registaram com uma idade falsa”, descreve Ricardo. Ou seja, afinavam o algoritmo verificando se determinadas informações tratadas automaticamente eram verdadeiras ou falsas. “Tanto que brincávamos uns com os outros dizendo que estávamos a trabalhar para ficar sem trabalho, a treinar a máquina para que nos substitua um dia”, recorda.

Depois do documentário na Netflix sobre o perigoso impacto das redes sociais nas pessoas, com especialistas em tecnologia, que corrobora muito daquilo que este ex-trabalhador contou à *Voz do Operário*, os alarmes voltaram a soar sobre o uso que estas empresas dão à atividade dos utilizadores. Atualmente, a plataforma mais usada é o Youtube, que atrai 89% dos internautas, seguida pelo Whatsapp, com 86%, o Facebook, que retém 79%, o Instagram com 65% e o Twitter que atinge os 53%.

Entre os mais jovens, sobretudo menores de idade, o Youtube ainda é o preferido para ver vídeos mas apontam o Tok Tok como a rede social preferida, seguida do Instagram. O tempo que passam atualmente conectado a estas plataformas aumentou à volta de 100% nos últimos anos e durante os meses do confinamento chegou a ser de 200%.

De facto, o estudo e o trabalho a partir de casa, assim como o distanciamento físico de familiares e amigos, empurrou centenas de milhões de pessoas para uma utilização mais intensiva destas plataformas, durante a pandemia, e as empresas proprietárias viram os seus lucros disparar. No fim de junho, de acordo com a Bloomberg, o valor combinado da Amazon, Apple, Facebook e Google aumentou em 250 mil milhões de dólares durante o segundo trimestre fiscal deste ano. A Alphabet, que é a empresa-mãe do gigante tecnológico Google, registou 38,297 mil milhões de dólares em receitas durante o último trimestre. Já a Facebook duplicou o lucro no primeiro trimestre deste ano, para 4.902 milhões de dólares, face a igual período do ano anterior.

Uma poderosa ferramenta política

Se a denúncia de Ricardo de que o Facebook deu orientações para reduzir o alcance das publicações relacionadas com a página de notícias russa RT mostra alguns dos perigos de uma plataforma que é utilizada por centenas de milhões de pessoas em todo o mundo, a utilização dos dados de quem usa esta rede social para influenciar o discurso político tendo como base os nossos interesses ou para condicionar as nossas escolhas através de propaganda é uma realidade.

Condenado a uma multa de 5 mil milhões de euros pelas falhas que permitiram à consultora Cambridge Analytica traçar perfis psicológicos com os dados de 87 milhões de utilizadores, alegadamente vendidos à campanha que elegeu Donald Trump presidente dos Estados Unidos, a plataforma fundada e liderada por Mark Zuckerberg em 2004 cedeu milhares de informações com fins políticos.

Contudo, mesmo sem venda de dados particulares dos utilizadores para publicidade ou propaganda, o Facebook também é campo de batalha política e vende os seus serviços para propaganda de campanhas em todo o mundo. Nesse sentido, em agosto de 2019, os investigadores Manuel Beltrán e Nayantara Ranganathan criaram uma plataforma que reunia e organiza os montantes que 150 partidos de 34 países pagaram para ter publicidade nas redes sociais. O objetivo era defender a transparência, num estu-

do sobre a propaganda política na era das ferramentas digitais. O ad.watch descreve em milhões e em gráficos quanto é que cada partido ou ator político individual pagou ao Facebook, também a que região e grupo etário é que dirigiu as publicações. A ferramenta é, segundo os investigadores, essencial para perceber o “poder de persuasão que o uso de dados pessoais facilita” nas estratégias partidárias.

À revista Vice, Manuel Beltrán afirmou que “quanto mais oculto esses mecanismos de propaganda permaneçam mais efetivo é o modelo de negócio”. De acordo com o fundador da ad.watch, o Facebook não está muito interessado em rever o modelo de negócio. Diz que “é sistematicamente oposto à transparência quando se trata de anúncios políticos”.

Por enquanto, em Portugal, as eleições não se ganham nas redes sociais mas estas são já um campo de batalha política. Parte das organizações partidárias apenas utiliza ferramentas gratuitas do Facebook sem apostar em soluções pagas. Mas há quem recorra à plataforma investindo elevadas verbas para que esta rede social recorra ao seu banco de dados e os promova através do algoritmo junto dos utilizadores. Os partidos podem escolher, aliás, algumas das características das pessoas a que querem chegar.

Dos 17 partidos que se apresentaram às europeias de maio de 2019, apenas seis entraram no negócio da compra e venda do alcance das publicações no Facebook e no Instagram. Dos partidos com representação parlamentar, só o PCP, PEV e PAN ficam de fora das contas do ad.watch. Não investiram nem um centímo na promoção dos conteúdos nas redes sociais. Contas feitas, PS, PSD, CDS, Iniciativa Liberal, Livre e o Bloco de Esquerda, na figura do órgão de propaganda Esquerda.net, gastaram no total 26 mil euros em publicidade entre dezembro do ano passado e o último mês de julho. São 162 publicações em nove meses. Metade do bolo é do Esquerda.net. A página do BE gastou cerca de 13 mil euros. Tanto como a soma do que foi gasto, no total, pelos outros cinco partidos escrutinados na plataforma.

Gigantes da tecnologia e a justiça

Tantas vezes coniventes com estas plataformas, a União Europeia e países como os Estados Unidos permitiram durante anos que as regras que regulam a atividade das redes sociais fossem desadequadas e que não protegessem os direitos dos utilizadores. Por exemplo, a Comissão Europeia diz querer alterar agora a atual diretiva europeia para o comércio eletrónico que data de 2000, quando ainda não existia Facebook e a Google tinha apenas dois anos.

De acordo com o El País, há apenas um mês, os congressistas democratas na Câmara dos Representantes divulgaram um extenso relatório sobre os gigantes da tecnologia em que acusam a Google, bem como a Apple, a Amazon e o Facebook, de abusarem da sua posição dominante no mercado. Com o crescente impacto dos gigantes da tecnologia na vida social, o escrutínio da atividade de empresas como a Google, Apple, Amazon e Facebook é cada vez maior. O medo da concentração de poder, dados e dinheiro nas mãos destas entidades é tal que uniu conservadores e democratas.

Os congressistas, assim como o governo federal e diferentes associações de consumidores, há muito que acusam a Google, propriedade da Alphabet Inc, com um valor de mercado superior a um trilhão de dólares, de abusar do seu poder nas pesquisas na internet, mercado esse que representa quase 90% nos Estados Unidos, e de tentar suprimir a livre concorrência e aumentar os seus lucros.

Esta relação entre as redes sociais e os seus utilizadores é tão tóxica que o Departamento de Justiça dos Estados Unidos anunciou também em outubro uma queixa contra a Google por abusar da sua posição no mercado da publicidade online. Há mais de um ano que 48 procuradores-gerais de vários estados norte-americanos formalizaram uma investigação contra a empresa californiana e agora as autoridades querem focar-se nas acusações à posição de monopólio que a Google ocupa através das pesquisas na internet.

A realidade da internet não é a mesma que há décadas quando surgiu mas já então houve quem alertasse para um futuro sombrio se nada fosse feito para defender a liberdade e o acesso ilimitado à informação. Vários hackers combateram, então, o aparecimento de monopólios de vários gigantes da tecnologia. De acordo com o jornalista Steven Levy, que estudou o fenómeno, resumiu os valores que norteavam estes ativistas. Partilha, abertura, descentralização, livre acesso aos computadores e melhoria do mundo faziam parte de uma espécie de mandamentos que espelham essa filosofia: “O acesso a computadores, e qualquer outro meio que seja capaz de ensinar algo sobre como o mundo funciona, deve ser ilimitado e total; toda a informação deve ser livre; desacreditar a autoridade e promover a descentralização como forma prioritária de organização do trabalho; os hackers devem ser julgados segundo o seu hacking, e não segundo critérios sujeitos a envios tais como graus académicos, raça, cor, religião ou posição social; é possível criar arte e beleza no computador; os computadores podem mudar a vida para melhor”.

ALFREDO MAIA

«Barrar o fascismo com imprensa plural e democrática»

Alfredo Maia iniciou-se no jornalismo n' *O Primeiro de Janeiro* e escreve atualmente no *Jornal de Notícias*, onde é representante dos trabalhadores. O ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas faz parte do Conselho Deontológico desta estrutura sindical e considera que falta diversidade e democracia no panorama mediático português.



Alfredo Maia foi dirigente do Sindicato de Jornalistas entre 1993 e 2014.

Bruno Amaral de Carvalho

Há quem atribua o divórcio dos leitores com os jornais à transição para o digital. É assim?

De facto, um jornal é um bem quase de luxo, não é? É um bem quase de luxo, custa bastante dinheiro e as pessoas têm de fazer opções. Não se pode comprar um jornal todos os dias, não é? Esse é um fator. O outro, que me causa alguma preocupação, tem a ver com a perceção que tenho de que, mesmo aqueles leitores que têm alguma capacidade aquisitiva, deixaram de comprar jornais pela simples razão de que não vêem satisfeitas as suas necessidades de informação. Isto é, os jornais deixaram de responder, por um lado aos seus centros de interesse, e deixaram muitas vezes de os ajudar a compreender o mundo que os rodeia,

a começar pela própria cidade ou aldeia onde vivem e, portanto, deixaram de merecer o interesse.

Ou seja, diria que os problemas das pessoas não aparecem nos jornais.

A perceção que vou tendo é de que os jornais deixaram de responder às expetativas. Por outro lado, há uma evidente redução do pluralismo informativo e de opinião. Eu creio que, aliás, o maior problema que os media em geral enfrentam hoje é, de facto, a redução brutal do pluralismo informativo. Quer dizer, é porque já nem sequer há oportunidade de escolher na banca.

E acha que isto terá a ver com a crise geral do sistema? Ou seja, no fundo, as pessoas identificam a comunicação social como sendo um

pilar do sistema que lhes traz os problemas que as afetam?

Eu creio que, no quadro da luta ideológica, o estado a que a imprensa chegou interessa, nomeadamente, ao capitalismo. E que a formação de um grande consenso implícito acerca da agenda temática, acerca do foco dado aos temas, acerca da apresentação de um conjunto de factos como inevitáveis na vida das pessoas e da comunidade são elementos que acabam por afastar os leitores. Como se sentissem, e eu creio que em muitos casos sentem, traídos nessa expetativa que tinham de ter uma oferta informativa realmente diversificada e que os ajude a compreender o mundo.

Isso pode explicar porque é que hoje as pessoas sentem que têm mais voz através das

redes sociais?

Em boa verdade é certo que as redes sociais, de alguma maneira, sendo um instrumento do capitalismo, democratizaram a livre expressão de opinião. E sendo um instrumento ao alcance de qualquer pessoa minimamente informada sobre aquela ferramenta e minimamente capaz de a utilizar, pois sentem-se bastante à vontade para fazer isso e sobretudo sentem essa necessidade.

Mas também se sente uma certa indignação sem rumo, não é? Que facilmente é aproveitada por forças de extrema-direita, negacionistas, obscurantistas...

Disso não há dúvida nenhuma.

Este movimento geral contra a ciência que se reflete também um pouco contra a própria comunicação social. Ou seja, há um movimento de descrédito constante nas próprias redes sociais numa lógica imediatista.

De completo imediatismo e as pessoas nem param para pensar.

Esse imediatismo tem reflexo no trabalho dos jornalistas?

A comunicação social caiu nessa armadilha. Quando era suposto que os cidadãos esperassem dela um trabalho acabado do ponto de vista da confirmação dos factos, da verificação, de fontes diferentes, etc., não... Por um lado, ela própria precipita-se a divulgar muitas informações que não estão confirmadas, e por outro, que é ainda bem pior, apropria-se muitas vezes de elementos supostamente informativos nas redes, desde logo das pessoas com alguma exposição pública. Como se tudo isso fosse notícia. Por outro lado, os media, eles próprios, alimentam essa espiral porque, além de terem nos meios eletrónicos, a versão digital do seu trabalho jornalístico mais tradicional, utiliza as redes sociais como novos suportes de comunicação, e muitas vezes redistribuindo os materiais que essas pessoas vão disponibilizando. Há uma espécie de mercado de futilidades que vai servindo por um lado as pessoas que vivem dessa exposição pública, por outro lado as supostas audiências que os meios mais tradicionais vão ganhando com essa atividade.

Neste contexto, parece que o próprio conceito de verdade é cada vez mais ténue, ou seja, através dos meios digitais, das redes sociais, em que é fácil construir narrativas sem sustentação real.

Desde logo, há uma alteração da noção de verdade. Quer dizer, porque o cidadão comum costumava dizer que “é verdade porque eu li no jornal” e agora ouvimos com muita frequência “isso é verdade porque eu vi na internet”. Seja lá o que isso for “na internet” porque este conceito de internet é tão amplo na cabeça das pessoas que elas próprias não sabem distinguir se, o que leram na internet, leram num sítio eletrónico, numa publicação credível, se leram na conta pessoal de um agitador da extrema-direita ou se leram num blog mais ou menos generoso de um cidadão que quer, e tem toda a liberdade para isso, contribuir para di-

fundir informação. E, portanto, a sobreabundância de materiais, todos supostamente informativos, diminui a capacidade de filtrar. E, sobretudo, a pressa que muitas pessoas têm de apropriar as informações que estão disponíveis, sem ter o cuidado de verificar a sua veracidade, sequer a verossimilhança das informações, às vezes as mais estapafúrdias, tudo isso gera uma amplitude do próprio conceito de verdade que perverte tudo isto. E isso não é nada bom, ou seja, o mal não consiste necessariamente na existência de todos esses recursos, o mal existe é na forma como uns procuram instrumentalizar os outros mas, sobretudo, na falta de capacidade para, em tempo útil, filtrar e interpretar e refletir antes de partilhar aquilo que encontraram.

Esta pandemia pode ser utilizada para criar condições para que os governos possam implementar medidas securitárias através de uma agenda mediática favorável?

Esta situação, de facto, uma crise pandémica por um lado, e a própria natureza da propriedade dos meios de comunicação social por outro, a agenda bastante comum e partilhada do ponto de vista ideológico pelos grandes meios, e também pelos pequenos, cria ou desenvolve condições para que, além das campanhas que foram dirigidas contra a Festa do Avante! e o PCP, desenvolvam outras que estão já à vista. Por exemplo,

Uma imprensa [...] que ajude a compreender os problemas das próprias pessoas é um instrumento fundamental para barrar o caminho ao ascenso do fascismo.

quando se vão intensificando certos discursos exacerbadamente críticos em relação à capacidade do Serviço Nacional de Saúde é bem visível ali que se pretende abrir uma porta para a oportunidade da hospitalização privada. E isto até sem qualquer exercício crítico relativamente à forma como a hospitalização privada se comportou na 1ª vaga. Assim como é visível noutras áreas, nomeadamente na área laboral, a própria imprensa alinhar com o discurso do patronato no sentido de reduzir direitos e garantias aos trabalhadores. Quer dizer, repare, esta ideia que tem passado muito de que é necessária ajuda às empresas. Na imprensa não há ninguém que diga “então e os trabalhadores”?

Nós quando falamos da grande relação entre os grupos que controlam, que possuem os meios de comunicação e quem neles trabalha, muitas vezes, falamos também da relação das agências e dos jornais, todos nós recebemos imensos emails e comunicados. O que eu te queria perguntar é sobre este corredor ou esta porta giratória constante de jornalistas que saem para agências de comunicação, que saem das agências de comunicação para a imprensa, isto não é perigoso?

Como é que vê as condições de trabalho dos jornalistas hoje?

As condições estão muito determinadas por este panorama geral de, por um lado, escassez real de postos de trabalho nas redações, fruto por um lado da diminuição

de órgãos de informação e por outro de despedimentos. São muito determinadas igualmente pelas várias formas de precariedade, desde o vínculo contratual à própria formação dos salários, uma vez que, em muitos casos, uma boa parte dos salários é constituída por frações que o patrão pode retirar a qualquer momento, incluindo, e sobretudo, ao nível das funções de chefia e direção. E há uma terceira forma de precariedade que é a perceção da insegurança no emprego. Estas três formas de precariedade condicionam muito o trabalho do jornalista, desde logo, muitas vezes, o desenvolvimento de um comportamento mais acrítico, mais passivo, de nem sequer contestar instruções ilegítimas ou práticas profissionais erradas.

Diria que se pode falar de autocensura, por vezes? Essa expressão era muito usada durante o fascismo.

Eu creio que sim, que se pode falar. Nas circunstâncias em que, muitas vezes, o posto de trabalho ou a integridade do salário está em risco, pode dizer-se que muitos jornalistas se inibem de tomar iniciativa de tratar este ou aquele assunto, se não do desagrado pelo menos do desinteresse de quem orienta a publicação, e também alguns temas que porventura possam bulir com os interesses da empresa.

Face aos perigos do recrudescimento do fascismo, considera que a imprensa plural e democrática pode servir de barreira a essa realidade?

Uma imprensa verdadeiramente pluralista, democrática, que informe, esclareça e ajude a compreender os problemas das próprias pessoas, dos trabalhadores, das suas organizações é um instrumento fundamental para barrar o caminho ao, infelizmente já não podemos dizer ao regresso, mas ao ascenso do fascismo.

E como construir essa imprensa plural e democrática? Olhando para o nosso contexto, isso é possível?

Do ponto de vista formal, em Portugal, há liberdade de criar, produzir e difundir um jornal, mas isso é para quem tem dinheiro. Mas há um desafio que não pode ser adiado por muito tempo que é o dos próprios jornalistas, especialmente através de cooperativas de jornalistas e outros trabalhadores do setor, se organizarem e desenvolverem projetos que, para além de independentes, pensados e produzidos por eles próprios, sempre na ótica de trabalhadores que são, tenham em vista, desde logo, responder a esta questão essencial: o que é que os outros trabalhadores esperam de nós? Isto é, que necessidades é que a imprensa capitalista não tem satisfeito e nós, até porque também somos trabalhadores, seremos capazes de oferecer?

Evidentemente que um desafio desta natureza, por mais generoso que seja (estou a falar de uma cooperativa de produção naturalmente), em que nenhum dos autores, nenhum dos cooperadores tenham ambição de apropriação individual do lucro, exige mesmo assim alguns recursos. Mas eu creio que é possível gerar um movimento solidário que apoie o lançamento de projetos destes e que é possível ir mostrando aos cidadãos, aos trabalhadores que sim, há alternativas a esta imprensa que temos e que está divorciada dos seus interesses e expectativas.

COLETIVIDADES



Mineiro Aljustrelense.

Muito mais do que um desporto

Eupremio Scarpa

Quando há quatro anos em 2016 foi lançado o projeto “Vintage Football City Tour” (VFCT), na nossa loucura tínhamos as ideias bem claras e um objetivo bem marcado: a divulgação do futebol na sua forma mais pura e tudo isto passava pela valorização de um passado de histórias e estórias de clubes e coletividades e pelo regresso a um convívio saudável para conhecer e acompanhar o futebol amador e popular, o futebol “dos pequeninos” que tem um poço de estórias infinitas. As nossas visitas guiadas foram sempre, até janeiro deste ano, uma descoberta e redescoberta de clubes e agre-

miações que tiveram um papel importantíssimo não só no movimento futebolístico mas na vida social do seu território, do seu bairro. Disso são exemplos o Operário Futebol Clube de Lisboa, o Vitória Clube Lisboa, o Casa Pia Atlético Clube, o Atlético Clube de Portugal e o Futebol Benfica.

Mas não queríamos “fechar-nos na capital e foi assim que, em janeiro de 2020, uma comitiva de 11 pessoas participou na primeira excursão do VFCT. E foi logo num lugar “mí(s)tico”: Aljustrel, o Alentejo das minas, numa visita para respirar um pouco de história do Sport Clube Mineiro Aljustrelense. O clube, nascido em 1933, como bem testemunha o nome, tem uma ligação estreitíssima com as minas, com aqueles mineiros duramen-

te provados pelo trabalho e pela ditadura nos anos do fascismo. Foi isto que absorvemos nesta excursão. Aljustrel, minas, lutas dos trabalhadores e clube durante muitos anos eram uma única entidade. Por isso a emoção não deixou de estar presente quando fomos visitar o bairro dos mineiros e o lugar do antigo campo do Vale d’Oca, onde vendo as fotos antigas dos anos 70, descobrimos que o recinto era feito com antigas travessas do caminho-de-ferro em cima das quais estavam escritas as palavras de ordem do 25 de Abril, do PREC, da reforma agrária. Todo um turbilhão de emoções. Há atualmente um projeto para reabilitar o campo e repor essas travessas em homenagem a Aljustrel, ao mineiro e ao Alentejo. E ainda dizem que o futebol é só um jogo.

A VOZ do corvo



O seu a seu dono quando o dono somos todos nós...

Desta vez o CORVO grasma a propósito de uma notícia recente e de uma reportagem que viu há tempos na televisão.

A notícia: “o governo reserva mil e duzentos mil milhões (de euros) para dar casa digna a vinte e seis mil famílias.”

A reportagem: uma jornalista descreve a vida num “bairro de génese ilegal”, surgido num areal junto ao Atlântico, na margem sul do Tejo, em terrenos públicos, que é como quem diz, de todos nós (a designação adocicada de “bairro de génese ilegal” é a que agora

substitui a de “bairro clandestino” ou a de “bairro de barracas”, muito mais realistas).

Pelas imagens apresentadas é evidente que as construções são todas precárias e que se adivinham sobrecupadas e insalubres, que as “ruas” são o espaço sobrance entre as “casas”, sem passeios, sem lancis, nem qualquer pavimentação e que, pelo lixo acumulado e pelas poças de água estagnada espalhadas por toda a parte, é fácil concluir que ali não há saneamento básico.

Por uma singularidade daquele bairro e porque o abastecimento de água a toda a população que lá vive se faz a partir de um único chafariz construído pela Câmara, as “ruas” são ocupadas por uma estranha rede de manguerias de plástico que vai do chafariz à “casa” de cada um. Pelos comentários recolhidos adivinha-se que a gestão do sistema está nas mãos de alguns e que não lhe falta caráter mafioso...

É neste contexto que a jornalista interroga um habitante masculino do “bairro” sobre as razões que o levaram a ali viver ao que ele responde que vivia com a família numa barraca e que a Câmara Municipal de Lisboa lhes tinha dado uma casa num bairro social e que mais tarde lha tinha vendido com a condição de ele só a poder vender passados alguns anos e que, passados esses anos, ele logo a tinha vendido

e tinha vindo viver para ali.

Procura a jornalista saber quanto lhe custou a barraca onde agora vive. Seis mil euros. E por quanto vendeu a sua casa no bairro social? Doze mil euros, respondeu ele, ufano, acrescentando que se fosse hoje poderia ter ganho muito mais dinheiro.

Seria falacioso extrapolar esta história, para além da “esperteza” e do oportunismo do seu protagonista, pois isso seria injusto para os milhares de inquilinos do parque imobiliário público que vivem, se associam e se esforçam para que os seus bairros sejam “bairros felizes”.

Encerra esta história um ensinamento moral: todo o capitalismo é sórdido quando alguns (seja quem for) se apropriam de mais valias que resultam do esforço de todos, ou seja, neste caso, do Estado.

E é por isso que aqui se ousa chamar a atenção do Governo para que os mil e duzentos mil milhões de euros sejam destinados ao alojamento do maior número e que as casas que venham a ser construídas continuem na posse do Estado e sejam reprodutivas de forma a que outros também possam ter casas e não sejam vendidas ao desbarato, ao preço da “uva mijona”, como faria qualquer banqueiro apressado.

Francisco da Silva Dias

Transportes públicos



O normal de novo

Na sequência do aumento do número de infetados com o Covid-19 detetados diariamente, foram anunciadas medidas como destinadas a reduzir a probabilidade de contágios e assim travar a chamada segunda onda.

Restringir as aglomerações de pessoas e garantir uma distância entre elas de 1,50 m a 2,00 m estavam nas preocupações de quem decidiu sobre a matéria.

Até houve quem perante um problema que estávamos a enfrentar em outubro, nos aconselhasse prudência para o natal, que como todos sabemos é lá para fins de dezembro. Em linguagem metafórica futebolística costuma dizer-se que é chutar para canto.

Voltemos ao tema.

Nas ruas, nos estabelecimentos, nos espetáculos e em muitos outros locais, na maior parte das situações é possível cumprir essas regras.

O problema é quando temos de utilizar os transportes públicos, particularmente nos períodos de maior procura. Se na via pública não deve haver grupos com mais de cinco pessoas, como se resolve o problema nas carruagens e nos autocarros dos transportes públicos?

Parece-me facilmente entendível que o sistema de transportes não pode ser dimensionado para dar resposta às condições sanitárias que uma epidemia com as características desta exigiria e daí que a resposta seria sempre deficiente, tornando necessário o recurso a medidas complementares como a desinfeção dos veículos, o uso da máscara pelas pessoas a bordo e outras que os especialistas da área aconselhassem.

A realidade mostra que as regras aconselhadas só num alheamento da realidade se pode pensar que são concretizáveis.

A situação não é mais grave porque devido ao chamado teletrabalho e ao uso do transporte individual a procura nos transportes públicos reduziu significativamente, mas apesar disso só quem não os usa é que não vê o que se passa.

O problema é a insuficiência conhecida há muito tempo e a ausência do investimento necessário para garantir uma oferta adequada.

Sobre isso nada se diz, parecendo que não há responsáveis. Mas há!

Agora apelam à nossa compreensão dizendo-nos que é “o novo normal”. Porém, no sistema de transportes públicos na região de Lisboa estamos sim a caminhar para o normal de novo.

Rego Mendes

REGIÕES

Eleição das CCDR não reuniu consenso



Foi a primeira vez que se realizaram eleições para a direção das cinco CCDR.

Mais de 10 mil autarcas puderam eleger em outubro através de colégios eleitorais regionais os cinco presidentes das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) que até agora eram nomeados pelo governo. Contudo, longe de representar um processo de descentralização administrativa ou até de regionalização, são muitas as vozes que denunciam “um simulacro de descentralização”.

Os presidentes destas estruturas foram eleitos pelo conjunto de todos os eleitos municipais, incluindo os presidentes de junta, já não na sede de cada CCDR, mas antes nas instalações de cada Assembleia Municipal.

Um dos vice-presidentes será designado pelos presidentes das câmaras municipais e o outro pelo Governo. Mas se dúvidas houvesse quanto ao facto de as CCDR se manterem estruturas desconcentradas da Administração Central, o diploma destapa que pouco muda.

De acordo com o *AbrilAbril*, votado por um colégio de eleitos autárquicos, o presidente da CCDR con-

tinua a responder perante o governo e a poder ser, como os vice-presidentes, destituído por este. Entre os motivos enunciados para o afastamento surge “o incumprimento dos objetivos definidos no plano de atividades aprovado ou desvio substancial entre o orçamento e a sua execução”.

BE e PCP foram alguns dos partidos a pedir a apreciação parlamentar do diploma. Durante a sessão na Assembleia da República, o deputado do BE José Maria Cardoso afirmou que está em causa “um simulacro de descentralização”, que substitui “uma nomeação administrativa” por “uma nomeação de acordo partidário” e transforma as CCDR “em extensões de interesses partidários”.

Segundo o PCP, trata-se de um processo, “que unido PS e PSD, visa impedir uma efetiva descentralização e a criação das regiões administrativas como factor de desenvolvimento regional, coesão territorial e racionalização da Administração Pública”.

FONTE DA TELHA

Câmara obrigada a retirar asfalto

Nas últimas semanas, fruto do mau tempo, o areal da Fonte da Telha ganhou o tom negro do betão. Esta zona natural, no concelho de Almada, integra a Rede Ecológica Nacional e é uma área contígua à Paisagem protegida da Arriba Fóssil da Caparica. Ainda assim, e ao arrepio também dos instrumentos de ordenamento do território em vigor, em particular do Programa de Ordenamento da Orla Costeira Alcobaça – Cabo Espichel, foi objeto de asfaltamento com material betuminoso por ordem da autarquia no mês de junho, tornando a zona, segundo alguns ambientalistas, ainda mais vulnerável.

Um dos pareceres emitido pela Agência Portugue-

sa do Ambiente (APA) obriga o município a corrigir os acessos à praia da Fonte da Telha, asfaltados com material betuminoso, em plena zona dunar depois de a obra ter sido chumbada pela Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR/LVT).

Entretanto, de acordo com o *AbrilAbril*, continua a decorrer um processo de contra-ordenação contra a autarquia por alegada violação dos planos de ordenamento e legislação ambiental. Paralelamente, e perante queixa apresentada pelo PCP, o Ministério Público tem em curso uma investigação por alegado “crime ambiental grave” por parte da Câmara Municipal de Almada.

OE2021



Função Pública marca protesto face ao que considera ser ausência de resposta do orçamento.

Só o PS aprovou Orçamento na generalidade

Com os votos contra dos partidos à direita do PS, à exceção do próprio que votou favoravelmente, e do BE, e com a abstenção do PCP, PAN, PEV e das duas deputadas independentes, a proposta de Orçamento do Estado (OE) vai entrar no período de discussão na especialidade, com a derradeira votação marcada para o final deste mês.

Apesar de algumas medidas, o OE continua a merecer desconfiança por parte da maioria dos partidos e também dos sindicatos. À esquerda, a expectativa é que o PS possa incluir no documento as suas propostas sob pena de não haver aprovação final. Com a direita barricada, a abstenção do PCP permitiu a passagem à fase da discussão na especialidade e que reivindica o aumento de salários e a valorização de carreiras na administração pública, a actualização dos limiares dos escalões de IRS e medidas que desagravam a tributação sobre os rendimentos mais baixos e intermédios. Mas este partido diz não chegar para viabilizar o OE. Entre outros aspectos, os comunistas exigem também o reforço do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Já o BE, que votou contra o OE na generalidade, criticou a “deserção sistemática do PS para se juntar à direita em matéria de leis do trabalho”, de acordo com o *AbrilAbril*, e a manutenção dos ataques ao trabalho do tempo da troika.

Na bancada dos Verdes, o deputado José Luís Ferreira denunciou que o combate à pobreza fica muito longe do desejável, António Costa disse convergir em matérias climáticas e ambientais, e no investimento na ferrovia – questão a florada também pelo PAN –, tendo reiterado a divergência na questão do aeroporto do Montijo.

Fora da Assembleia da República, a CGTP-IN contestou a proposta do OE por não corresponder “à mudança de rumo que se exige para garantir as necessidades dos trabalhadores e do país”. Reconhece haver “algumas medidas que, de forma muito insuficiente, vêm ao encontro de reivindicações” da central sindical mas entende que tem de haver alterações “que traduzam a opção

pela valorização do trabalho e dos trabalhadores, pelo apoio à recuperação económica e desenvolvimento soberano do país, medidas de garantia das retribuições e do emprego, e de investimento nos serviços públicos e funções sociais do Estado com a sua capacitação para a resposta necessária na atual situação e para o futuro”.

Protesto da Função Pública a 13 de novembro

Entretanto, a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública anunciou que, perante um OE que não responde às reivindicações dos trabalhadores, agendou para dia 13 de novembro uma manifestação nacional em Lisboa.

“Decidimos que a Frente Comum vai ter que dar uma resposta a este silêncio do Governo e a esta ausência de medidas que valorizem os trabalhadores da Administração Pública”, disse o coordenador da Frente Comum, Sebastião Santana, em conferência de imprensa, de acordo com a Lusa.

A ação nacional terá como lema “Frente Comum em Luta” e, segundo o sindicalista, vai envolver todos os sindicatos da estrutura sindical, com uma presença em Lisboa que se iniciará no Marquês de Pombal e depois prossegue até à Assembleia da República.

O objetivo é, segundo Sebastião Santana, demonstrar ao Governo e ao próprio parlamento numa altura em que se discute o OE aquelas que são as posições da Frente Comum, reafirmando a necessidade de resposta à proposta reivindicativa comum já entregue ao Governo e a necessidade de valorização dos trabalhadores da Administração Pública.

“Este OE não contempla qualquer medida, no nosso entendimento, que valorize os trabalhadores da Administração Pública ou a necessidade de valorização de salários e carreiras, optando mais uma vez por manter o caminho de desvalorização destes trabalhadores e estagnação salarial”, referiu.

A VOZ dos livros



Um Sacristão na Paróquia, uma estória do século XX português, de Nuno Gomes dos Santos

Nuno Gomes dos Santos, músico, cantor, poeta e ficcionista, tem sido ao longo dos últimos 46 anos – tantos quantos anos tem Abril –, um dinamizador das artes e da cultura, um lídimo instigador do inconformismo. Nuno, não nos quer sentados e passivos perante a realidade que nos olha e desafia; quer-nos despertos, cidadãos incómodos e inquietos, questionadores do real. Com a rebeldia nos lábios e nas palavras, um sorriso que ajude a subir o íngreme morro da dignidade. Com humor carregado de substância, de estórias que vão beber aos néctares fecundos da história, a nossa e colectiva história. A que durou metade do nosso século XX, a que ainda anda por aí a cheirar o lodo, as sombras avoengas de um tempo de sinistras figuras e figurões, Pides, bufos, legionários, sacristãos, beatice a tresandar chamas inquisidoras, bolor de sotainas, regras e comendas, grades e desterros, cumplicidades mafiosas tecidas nos alçapões do orçamento, a dividir o bolo escasso de Pátria magra; a corrupção de luva branca e sorriso cariado, a raspar pepitas no fundo de todos os tachos; a atirar as sobras ao povoleu desabrigado à chuva. A caridadezinha à porta da capelinha, a fome vergada a sopas de nabos, esparguete e latas de atum, distribuídas por bancos!... de alimentos.

Desde o século XIX, este fartar vilanagem, este unto onde as pessoas decentes escorregam e embatem contra muros de indiferença e mentira. Os jornais, as rádios ainda com laivos do SNP (Secretariado Nacional da Propaganda), o cerco dos limites; o medo destilado pelas televisões, pelos discursos do poder, pelas sotainas de campanário: não mudes povo, bom povo português, olha o papão!, põe a cruzinha no sítio costumeiro, persigna-te e adormece – adormece em paz.

O humor corrosivo de Nuno Gomes dos Santos em *Um Sacristão na Paróquia*, percorre o leste, o norte e o desnorte de um País a saque, põe o dedo acusador em muitas feridas que teimam em não cicatrizar, desnuda o antes e o depois dos lugares da nossa identidade que começam a escapar-nos na voragem dos dias. Diz-nos de um tempo em que alguns fantasmas ressurrectos começam a fustigar-nos, a tentar inverter-nos os passos rumo aos lugares justos; a entarmelar um sinuoso discurso que tresanda a conformismo, a trevas e a obscurantismo milenar.

A música dos cantores e poetas de Abril vão sinalizando, de forma simbólica, estes percursos de nora, ora em baixo, ora em cima, equilíbrio instável, da personagem Raúl Gomes da Silva. Humor variável, como os da Pátria, de resto.

Um Sacristão na Paróquia, de Nuno Gomes dos Santos – Edição Página a Página/2020.

Domingos Lobo

PRESIDENCIAIS 2021

Cumprir e fazer cumprir a Constituição



Presidente da República está obrigado a seguir a Constituição.

À espera da marcação das eleições presidenciais, provavelmente, para janeiro, as funções do Presidente da República são um dos temas mais esquecidos pela esmagadora maioria dos meios de comunicação nesta pré-campanha. A escolha dos eleitores será certamente determinada por diferentes critérios mas importa recordar quais são os deveres do candidato que for empossado no princípio do próximo ano.

O Presidente é eleito para um mandato de cinco anos e deverá jurar por sua honra “desempenhar fielmente as funções” em que fica investido “e defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa”. Este é um dado importante, uma vez que independentemente do programa eleitoral que apresente, tem a obrigação de cumprir o seu juramento.

Esta é, de facto, uma questão determinante que não costuma estar presente na análise dos mandatos presidenciais. Não foram poucas as vezes que diferentes inquilinos do Palácio de Belém ignoraram, quando não subverteram, os princípios constitucionais. Um dos exemplos mais gritantes foi a presidência de Cavaco Silva que serviu de pilar à intervenção da troika em Portugal protegendo inúmeras decisões inconstitucionais do governo liderado por Passos Coelho e Paulo Portas.

Em agosto de 2014, ainda a um ano do fim do mandato, a imprensa portuguesa anunciava que o executivo alinhado com a troika já acumulava dez chumbos do Tribunal Constitucional, muitas vezes apesar da luz verde de Cavaco Silva. Não é algo bizarro se se pensar que o ex-Presidente da República foi o mais inconstitucional dos primeiro-ministros quando assumiu a liderança de diferentes governos entre 1985 e 1995.

De acordo com a juíza Rita Tavares, o então primeiro-ministro Cavaco Silva viu o Mário Soares enviar 30 decretos do governo para fiscalização preventiva do Tribunal Constitucional (TC). Mais de metade, 17, fo-

ram declarados inconstitucionais. Apesar de ter governado menos tempo, Guterres foi escrutinado por Jorge Sampaio seis vezes menos.

Apesar desta apetência para a inconstitucionalidade enquanto chefe do governo, Cavaco Silva não só foi eleito Presidente da República duas vezes como a um ano do fim do mandato sugeriu uma revisão constitucional para reforçar os poderes da presidência.

Mas esta realidade não é alheia a Marcelo Rebelo de Sousa que usou quase tantas vezes o seu poder de veto num mandato como Cavaco Silva em dois. Vetou a Lei de Bases da Saúde, os estatutos da STCP e do Metro do Porto e também a passagem da Carris para a gestão local. Não foram vetos constitucionais mas vetos políticos. Por exemplo, no caso da STCP e do Metro do Porto, o veto foi justificado com “vedar, taxativamente, qualquer participação de entidades privadas” nas duas empresas de transportes. O mesmo aconteceu em Lisboa com a Carris em que vários deputados acordaram uma solução que ultrapassava o veto, ao permitir a possibilidade de haver alienação de capital ou de concessão da Carris, mas limitando-a a entidades públicas ou de capitais públicos.

Mas o histórico presidencial no país mostra que foram inúmeras as vezes que diferentes Presidentes da República permitiram decisões ou vetaram-nas à margem da Constituição. O envolvimento de Portugal em intervenções externas quando a Presidência da República é, por inerência, Comandante Supremo das Forças Armadas, à margem da resolução pacífica de conflitos e do respeito pela soberania de outros povos. Também a violação de princípios como o da progressiva gratuidade do ensino superior ou a aprovação da Lei das Rendas que tornou impraticável o direito dos portugueses a uma habitação digna são exemplos de como é atual e imprescindível o debate sobre um juramento presidencial que não tem sido cumprido.

MEMÓRIA



Dirigentes da Associação Conquistas da Revolução.

Celebrar Vasco Gonçalves, nome de Abril

O centenário do nascimento do General Vasco Gonçalves, em 2021, vai ser pretexto para um vasto programa de iniciativas que pretendem mostrar às novas gerações, “o Homem, o Militar de Abril, o Revolucionário, o ‘companheiro Vasco’” e o quanto os portugueses devem à sua “coragem e determinação”, nas palavras do coronel Baptista Alves, presidente da Associação Conquistas da Revolução (ACR), durante a conferência de imprensa que teve lugar na Casa do Alentejo, em Lisboa.

Durante a iniciativa em que esteve presente a filha, Maria João Gonçalves, e o neto, Vasco Gonçalves, foram anunciadas algumas das atividades que vão marcar o próximo ano. No âmbito do programa das comemorações, vão realizar-se duas sessões públicas, no Porto a 10 de abril, e em Lisboa a 8 de maio, e será também colocada uma placa identificadora na casa onde nasceu Vasco Gonçalves, no bairro da Graça, em Lisboa. Haverá ainda a edição de uma fotobiografia, em colaboração com a família, de uma brochura, sob o título “Quem foi Vasco Gonçalves?”, de um cartaz e de uma medalha comemorativa. A ACR pretende ainda associar-se a outras entidades, nomeadamente câmaras municipais, Associação 25 de Abril e associações de estudantes, para a realização de iniciativas diversas, designadamente exposições a colóquios.

Para já, o centenário de Vasco Gonçalves conta com um diverso conjunto de personalidades na Comissão de Honra que reflete o impacto da figura daquele que presidiu a quatro dos seis governos provisórios, e pelos valores que o General defendeu ao longo da sua vida, mostrando que “a política e a moral têm que andar juntas” como afirmou o presidente da ACR. Álvaro Siza Vieira, António Borges Coelho, Carlos Carvalhas, Eduardo Gageiro, Jerónimo de Sousa, Luís Osório, Pilar del Rio, Dinis de Almeida, Mário Tomé, Henrique Mendonça e Pezarat Correia são algumas das figuras que integram o leque.

A ACR foi criada em 2011 com o objetivo de “preservar, divulgar e promover o apoio dos cidadãos aos valores e ideais da revolução”, considerando-a “o momento mais luminoso da história de Portugal”, batendo-se pela afirmação do projeto que a Constituição da República consagra.

Vasco Gonçalves nasceu a 3 de maio de 1920 e morreu em 2005.

EUA



Milícia de extrema-direita invadiu parlamento do Michigan.

A democracia enterra-se em urnas

António Santos

Ao cabo de largos anos de internamento num hospício soviético, o paciente parecia curado e pronto para ter alta: compreendia finalmente que era um ser humano e não um grão de milho que podia, a qualquer instante, ser tragado pela fauce rostrada de uma galinha gigante. Mas poucas horas volvidas regressara, aos murros contra as portas, o efêmero caso de sucesso da psiquiatria socialista, suplicando que o deixassem entrar, que o perseguia novamente a terrível galinha gigante. Questionado pelos médicos sobre se retornara ao delírio de ser um grão de milho, o paciente asseverou que sabia perfeitamente que era um ser humano. O problema, explicou «é que a galinha gigante não sabe isso».

A velha anedota soviética pode ajudar a desemaranhar o nó em que, no momento mais crítico da sua história centenária, se acha enredada a bicentenária democracia burguesa estado-unidense: Biden bem pode descansar a América garantindo-lhe que ela é uma democracia, porque ela até acredita. O problema é que Trump, as forças armadas, 300 milícias fascistas armadas até aos dentes e metade dos capitalistas mais ricos e poderosos do mundo, não sabem isso. Leia-se grão de milho, ou democracia, onde se pode ler nêspera e galinha gigante no lugar de velha e podemos chamar o Mário Henrique Leiria, que de crises democráticas tinha vasta experiência, para dar-nos

a moral da história: «Uma nêspera / estava na cama / deitada / muito calada / a ver / o que acontecia / chegou a Velha / e disse / olha uma nêspera / e zás comeu-a / é o que acontece / às nêspersas / que ficam deitadas / caladas / a esperar / o que acontece».

O golpe de Estado que Trump reserva para as eleições de 3 de Novembro desenrola-se publicamente, diante dos olhos serenos e impávidos do Partido Democrata (PD) sem que haja qualquer tentativa séria de o travar. No dia 27 de Outubro, prestou juramento a nova juíza do Supremo Tribunal, Amy Coney Barrett, cooperação da confiança de Trump que veio garantir uma maioria qualificada de extrema-direita no único órgão judicial que, caso os republicanos impugnem os resultados eleitorais, tem o poder de mandar parar de contar os votos, como aconteceu em 2000, de adiar ou impedir uma tomada de posse e até de decidir unilateralmente quem é o vencedor. A arquitectura regimental do Senado dos EUA permitia que, mesmo em minoria, os Democratas impedissem, ou pelo menos atrasassem até às eleições, a confirmação de Barrett. Mas não o fizeram.

Em entrevista ao Politico, a congressista democrata Elissa Slotkin, antiga agente da CIA e ex-oficial do Pentágono, explicou que os democratas estão conscientes do risco de um golpe, mas querem mantê-lo longe da comunicação social e das ruas, passando a estratégia por contactar, um a um, generais das forças armadas e chefes dos serviços secretos.

Entretanto, Trump, que está farto de ameaçar que não reconhecerá os resultados caso perca, deu luz verde às milícias fascistas para levarem armas para as assembleias de voto e intimidarem os eleitores. Em vários Estados, como no Michigan e na Nova Hampshire, a polícia já avisou que não irá interferir. Mais uma vez, os democratas podiam ter mobilizado a sociedade estado-unidense para rejeitar, nas ruas, o golpe, seja ele eleitoral, judicial, palaciano ou militar, mas optaram por manter a sua débil resistência na esfera estritamente institucional.

No mesmo dia em que Barrett prestou juramento, o Supremo recusou a contagem antecipada dos votos por correspondência, maioritariamente democratas, em quatro Estados chave para estas eleições: Michigan, Pensilvânia, Wisconsin e Iowa. Quando, no dia 3, Trump gritar «fraude», o Supremo será chamado a interromper a contagem destes votos. Novamente, os democratas mantiveram-se calados.

A variedade de armas de que Trump dispõe para desferir um golpe contra a democracia são condição da natureza burguesa dessa mesma democracia. Trump não é, pois, um elemento externo à democracia estado-unidense: é o seu produto natural. Uma democracia em que ganhar as eleições exige milhões de dólares clama por candidatos milionários, assim como uma democracia centrada em aspectos puramente formais convida a candidatos que só são democratas formalmente. Uma democracia que assim é nunca o foi. E um dia aparece mesmo uma galinha gigante.

AMÉRICA LATINA

Bolívia e Chile apostam no futuro

Depois de um retrocesso institucional generalizado da esquerda na América Latina, a vitória presidencial de Luis Arce na Bolívia e a vitória do “sim” no referendo constitucional no Chile são um balão de oxigénio para os movimentos e partidos progressistas naquele continente.

Há um ano Evo Morales foi derrubado por um golpe militar debaixo de alegações de fraude eleitoral. Com uma administração golpista, o candidato do ex-presidente boliviano, Luis Arce, não só ganhou as eleições como o fez de forma ainda mais esmagadora. Esta escolha dos povos da Bolívia foi um duro revés para o bloco conservador latino-americano encabeçado pelo colombiano Iván Duque, pelo brasileiro Jair Bolsonaro e pelo chileno Sebastián Piñera.

Alinhados com a política externa norte-americana, estes países formam um bloco coeso dentro do Grupo de Lima e são decisivos na Organização dos Estados Americanos (OEA). Foi, aliás, esta estrutura que em 2019 alegou ter havido irregularidades nas eleições bolivianas. O seu presidente, Luis Almagro, encabeçou uma campanha apoiada por vários países pelo não reconhecimento dos resultados que deram a vitória a Evo Morales na primeira volta.

Agora, o resultado é ainda mais esmagador que aquele que não havia sido reconhecido pela OEA. Nesse sentido, o Grupo de Puebla, composto por vários governos democratas da região como o México e a Argentina, solicitou a demissão de Luis Almagro. O grupo acrescenta que os primeiros estudos, que comparam os resultados dos votos nos recintos onde alegadamente se verificaram “irregularidades” em 2019 com a contagem deste ano, confirmam a vitória do MAS nessas mesas de voto até com uma percentagem mais elevada a favor desse partido. Espera-se o regresso de Evo Morales à Bolívia no dia 9 de novembro.

No Chile, uma autêntica maré humana celebrou a vitória do ‘sim’ a voltar costas à constituição elaborada durante a ditadura de Pinochet.

O descontentamento da população marcou uma mobilização histórica que foi objeto de grande repressão policial. Com base na contagem dos votos, de acordo com as autoridades eleitorais, em 99,83% das mesas de voto, a ‘aprovação’ obteve 78,27% e a ‘rejeição’ 21,73%. Os chilenos escolheram ainda que a nova constituição seja redigida por uma assembleia constituinte composta por 155 cidadãos eleitos para o efeito.

MÚSICA



“Neste país só duas cantam, a Gal e eu” - Elis Regina.

Gal Imortal

Maria João Pereira

O Sol jamais interrompe a sua rotação e marcamos por ela a passagem do tempo – a cada ano um aniversário, uma constatação possível do caminho traçado quotidianamente na construção do humano que somos. E como assim o é, inevitavelmente, para todos, também o foi para Gal Costa que contou neste verão com o finalização da 75ª rotação na sua vida. Uma vida de riquezas muito particulares, disso, ninguém poderá duvidar.

Maria das Graças surgiu no mundo a 26 de Setembro de 1945 em Salvador da Bahia. Trabalhava como balconista numa loja de discos quando conheceu Caetano Veloso em 1963. Esta amizade fez com que logo no ano seguinte participasse no espectáculo colectivo *Nós, Por*

exemplo, não só ao lado de Caetano mas também de Gilberto Gil, Maria Bethânia e Tom Zé.

Integrante incontornável da *Tropicália* (ou movimento tropicalista), que surge sob a influência de várias correntes artísticas de vanguarda e da cultura *pop* brasileira e estrangeira (como o rock ‘n’ roll, o concretismo ou a antropofagia) e mesclava manifestações tradicionais da cultura do país com inovações estéticas radicais. Apesar de ter feito da música o seu lugar de conforto, o movimento passou pelas artes plásticas (sobretudo na figura de Hélio Oiticica), pelo cinema (influenciando o *cinema novo* de Gláuber Rocha) e pelo teatro (nas peças anárquicas de José Celso Corrêa) e, pondo os pontos nos i’s, serviu sobretudo para dizer o que *não se podia dizer* num confronto com a mão pesada da ditadura militar.

Reivindicativos da *possibilidade de dizer* e agitadores

das fronteiras do impedimento gratuito e claustrofóbico, assim se formou uma *turma* de gente interessada em contribuir para a reversão do cenário ditatorial. “Fazíamos da praia território livre para tomar ácidos e trepar o diabo. Conversávamos ao som de Jimi Hendrix, Janis Joplin, Beatles, Rolling Stones, Pink Floyd, éramos desinquietos e desassossegados”. Ao lado de Maria Bethânia, Caetano Veloso e Gilberto Gil faz nascer os Doces Bárbaros que conhecem o seu fim com o exílio de Gilberto e Caetano em Londres – ao qual Gal não se junta por não ter, afirmou, meios para subsistir.

Gal assumiu rapidamente um papel de libertação simbólica de um público maioritariamente jovem: umbigo de fora, pés no chão, cantava a sua raiva, uma raiva da época. Trazia no corpo um diálogo constante entre uma louvação à cultura popular brasileira e à rebeldia que faz perguntas e espera do mundo respostas.

Aplicou a sua combatividade sobretudo na libertação estética, no uso do corpo como manifesto. Cabelo solto e selvagem, batom vermelho, erotismo e alegria. Assumiu a dianteira de cruzar sem medo as raízes brasileiras no feminino e as fronteiras da vivência da sexualidade e da sensualidade.

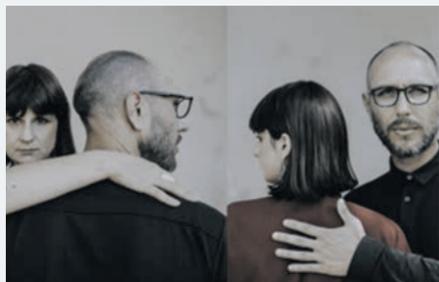
Na década de 70, marcada pelo encontro de um tom mais popular, Gal assume uma imagem mais brejeira e carnavalesca entre frevos e marchas, um *axé* ainda assim muito próprio. Anos 80 preenchidos por baladas românticas, ao lado de novos e incontornáveis parceiros como Tim Maia; e um fecho de século desinquieto, entre álbuns como *O Sorriso do Gato de Alice* e um retorno às suas origens bossa-novistas com um álbum inteiramente dedicado ao repertório de Tom Jobim – que descreveu como “uma reminiscência da Gracinha, a menina baiana que decidiu ser cantora ao ouvir João Gilberto”.

Caetano Veloso descreveu a poderosa felina na série *O nome dela é Gal* enquanto um sopro de surpresa, “um João Gilberto de saias”. “Quando pensamos em fazer uma coisa extrovertida, ela foi a mais extrovertida de todos – trata-se da presença feminina de palco mais transgressora e poderosa do Brasil”.

Sugestões culturais

The Art of Song

S. Luiz Teatro Municipal



Neste primeiro volume, ‘The Art of Song [When Baroque meets Jazz]’ (A arte da canção [cruzamentos entre Barroco e Jazz]) o pianista Filipe Raposo e a cantora Rita Maria propõem-se a explorar “o universo musical formal do período barroco associando-o à liberdade estilística da improvisação e do Jazz”, influências que afirmam incontornáveis na sua construção e identidade artísticas. 7 de novembro.

Amor Fati

Cláudia Varejão



Depois de *Ama-San*, a realizadora regressa com um retrato íntimo de pares e grupos de pessoas que partilham a vida. Passou mais de dois anos em busca de histórias de amores muito profundos e conetados, que acabam por se transpor para a fisionomia, como se o amor provocasse mimetismo de forma entre os que o partilham. Depois de ter integrado a competição do *Visions du Réel*, “Amor Fati” terá antestreia em Portugal no DocLisboa a 11 de novembro.

O Voo de Ícaro - teatro

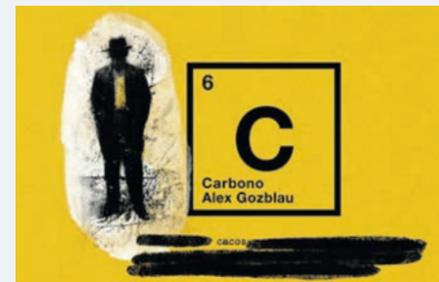
Museu da Marioneta



No labirinto, Ícaro e Ariadne encontram-se. Partilham o desejo de ir à descoberta do mundo. Ícaro almeja asas e Ariadne, com o seu novelo, vai povoando o labirinto. Mas a presença do Minotauro, aguça-lhes a curiosidade. O desejo de o conhecer transforma-se no principal objetivo. À procura da identidade desta figura aprisionada, Ícaro e Ariadne redescobrem o próprio mito. 7 e 8 de novembro

Carbono

Alex Gozblau



O ilustrador é o mais recente participante da coleção de poesia *elementário*, editada pela Flan de Tal. Esta nova coleção de poesia foi assim intitulada por ser propósito desafiar os autores a escreverem tendo como ponto de partida um elemento da Tabela Periódica. Sob o desígnio deste não metal, Gozblau discorre um poema gráfico onde acaba por reunir o melhor da sua identidade criativa: os tons carbono das ilustrações e dos versos.

MARXISMO



Engels foi fundador, juntamente com Marx, do socialismo científico.

Da utopia à ciência

Ana Pato

Há duzentos anos nascia Friedrich Engels. Estudou o mundo, elaborou teoria, interveio nele na prática. Foi um revolucionário.

Engels foi um dos fundadores do comunismo científico. Juntamente com Marx, munuiu o proletariado da arma teórica para a transformação do mundo. Apesar de o nome Karl Marx ser popularmente mais conhecido, o facto é que a obra (e a vida) de Marx é inseparável da de Engels. Comentava Lênine que: «As lendas da Antiguidade contam exemplos comoventes de amizade. O proletariado da Europa pode dizer que a sua ciência foi criada por dois sábios, dois lutadores, cuja amizade ultrapassa tudo o que de mais comovente oferecem as lendas dos antigos». A afinidade de ambos era completa. A obra é comum.

Mas o que faz o adjectivo *científico* à frente de comunismo?

Um dos grandes contributos de Engels e de Marx foi a elevação do sonho a projecto. As concepções utopistas que dominaram as ideias socialistas do século XIX, nota Engels, queriam descobrir um sistema novo e mais perfeito de ordem social. Mas pretendiam implantá-lo na sociedade vindo de fora, por meio da propaganda. Nessas concepções, caracteriza Engels, “o socialismo é a expressão da verdade, da razão e da justiça absolutas, e basta que seja descoberto para que, pela sua própria força, conquiste o mundo”. Contudo, esses novos sistemas sociais, constata, “estavam de antemão condenados à utopia; quanto mais elaborados nos seus pormenores, mais tinham de se perder na pura fantasmagoria”.

Mas, aquilo que inicialmente era um desejo, pleno de ideias de justiça e boas intenções, ganhava agora a força da possibilidade real. O ponto é este: “Para fazer do socialismo uma ciência ele tinha primeiro de ser colo-

cado sobre um terreno real”. Para transformar o mundo, importava explicar o mundo através do próprio mundo. Isto é uma concepção materialista.

Contudo, o materialismo também se revelava limitado, como mostrou Engels. Fruto da sua época, este era um materialismo mecanicista – o facto de a ciência da natureza mais desenvolvida ser a mecânica conduziu à aplicação do seu padrão a domínios como a química ou a biologia, onde as leis mecânicas valem certamente, mas não são determinantes – e anti-dialéctico – isto é, incapaz de apreender a natureza e a história no seu desenvolvimento, enquanto processo. Era, pois, necessário elevar este materialismo a um materialismo dialéctico. E aplicá-lo aos domínios da natureza, da sociedade e do pensar. Marx e Engels abriram essa porta.

Se Marx desenvolveu sobretudo a teoria económica, Engels analisa e desenvolve questões fundamentais da filosofia e das ciências naturais e sociais. A Engels devemos a aplicação da dialéctica materialista ao conhecimento das leis da natureza. Se não é estranho dizer que o movimento revolucionário muito deve a Marx e a Engels, não é certamente mentira a afirmação de que, com eles, a filosofia e a teoria do conhecimento científico se enriqueceram de forma indelével. E o interessante é que estas são duas faces da mesma moeda.

Ora, foi precisamente porque partiram dessa posição materialista e dialéctica que puderam mostrar como o socialismo é o resultado necessário do desenvolvimento das forças produtivas e, conseqüentemente, fazer a crítica do socialismo utópico demonstrando que (usando as palavras de Lênine) “não são as tentativas bem intencionadas dos homens de coração generoso que libertarão a humanidade dos males que hoje a esmagam, mas a luta de classe do proletariado organizado”. Foi Engels, aliás, quem assinalou, pela primeira vez, o papel de vanguarda do proletariado, a partir do estudo da situação da classe operária em Inglaterra. Como resume Lênine,

“Engels foi o *primeiro* a declarar que o proletariado *não é só* uma classe que sofre, mas que a miserável situação económica em que se encontra empurra-o irresistivelmente para a frente e obriga-o a lutar pela sua emancipação definitiva. E o proletariado em luta *ajudar-se-á a si mesmo*. O movimento político da classe operária levará, inevitavelmente, os operários à consciência de que não há para eles outra saída senão o socialismo. Por seu lado, o socialismo só será uma força quando se tornar o objectivo da luta *política* da *classe operária*”.

Sucedem que, para descobrir as vias reais para o socialismo, era necessário estudar a sociedade – naquilo que ela é – e descobrir as suas leis de desenvolvimento – prevendo, nos traços gerais, aquilo que ela *deverá* – para que, identificando as contradições e as forças motrizes, estas últimas melhor saibam conduzir a luta em que estão inseridas, quer queiram, quer não. Recorrendo a uma ideia hegeliana, trata-se de conhecer a necessidade. A liberdade, escreve Engels, “não reside na independência sonhada relativamente às leis da Natureza, mas no conhecimento dessas leis, e na possibilidade, com ele dada, de planificadamente as fazer operar para determinadas finalidades. Isto vale tanto por referência às leis da Natureza exterior, como àquelas que regulam a existência corpórea e espiritual do próprio ser humano: duas classes de leis que nós, no máximo, podemos separar, uma da outra, na representação, mas não na realidade [efectiva]”. Isto é, pois, válido quer para o domínio da natureza, quer para o domínio da sociedade.

Ora, uma penetração científica nos domínios do ser natural ou social requer uma transposição do nível fenoménico da realidade, bem distinta de uma abordagem positivista ou empirista, marcada pelo mero registo e ordenação do que aparece imediata e positivamente. Pois, como diz Marx, a ciência “seria supérflua se a forma fenoménica e a essência das coisas coincidissem imediatamente”. A questão está em captar a “conexão interna” dos fenómenos, o seu “vínculo interior”. Trata-se de captar o processo (no qual o fenómeno corresponde apenas a uma etapa) cujo movimento se determina na resolução de contradições. Como diz Engels: “uma exposição exacta do sistema do mundo, do desenvolvimento dele e do [desenvolvimento] da humanidade – bem como da imagem especular deste desenvolvimento nas cabeças dos seres humanos –, apenas pode, portanto, ser posta de pé por um caminho dialéctico”, o que significa atender às “universais acções recíprocas”. A ciência é tributária de uma filosofia materialista dialéctica.

Assim, tomando o ser social, uma correcta *acção* política dirigida à transformação revolucionária não pode ser correctamente dirigida se não partir de uma abordagem materialista e dialéctica com a qual se compreenda e domine os processos *objectivos* nas quais as diferentes forças estão inseridas. Aqui reside a unidade de teoria e prática. Isto é muito diferente de navegar à vista, tomando apenas o imediato. Também é muito diferente de substituir possibilidades objectivas por desejos e utopias bem intencionados. Escusado será dizer que uma teoria que parta de tal abordagem necessariamente se actualiza e transforma com o próprio mundo em transformação e o com o desenvolvimento da ciência da época em que se insere. Por aqui se vê como um movimento que se queira revolucionário, de facto, reclama uma abordagem científica. Trabalhosa é certo. Como diz Marx: “Não há estrada real para a ciência e só têm possibilidade de chegar aos seus cumes luminosos aqueles que não temem fatigar-se a escalar as suas veredas escarpadas”.